

Confirmado: a dívida interna vai diminuir às custas do FND.

Essa é a expectativa do chefe do Departamento Econômico do BC, Sílvia Rodrigues Alves, a partir do momento em que as estatais passarem a obter recursos do fundo.

A dívida pública interna em papéis deverá apresentar uma queda significativa, motivada pela criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Essa, ao menos, é a expectativa do Banco Central. Dados preliminares — divulgados ontem pelo chefe do Departamento Econômico do BC, Sílvia Rodrigues Alves — revelam que em junho essa dívida somava Cz\$ 353,7 bilhões em títulos em circulação fora do BC; o montante deve cair mais, em julho, porque houve um resgate líquido de Cz\$ 8 bilhões.

Já a arrecadação tributária do mês de julho superou em 20% as previsões da Secretaria da Receita Federal, conforme seu titular, Guilherme Quintanilha. Nesse mês, ela deve superar os Cz\$ 30 bilhões.

A base monetária (emissão de papel-moeda) havia registrado até o último dia 30 uma expansão de 10% na média dos saldos diários, enquanto os meios de pagamento (dinheiro em poder do público mais depósitos à vista) estavam regis-

trando uma queda diária em torno de 3% até 24 de julho. Os números definitivos deverão sair na próxima semana. Ao fornecer esses dados preliminares, Sílvia Rodrigues Alves declarou que prevê, ainda, um aumento real de 40% na oferta de crédito rural para a próxima safra, em virtude do incremento dos depósitos à vista nos bancos.

Estratégia do FND

De acordo com Sílvia Rodrigues Alves, na medida em que as empresas estatais passem a se abastecer no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), elas pressionarão menos as contas do Tesouro e exigirão uma parcela menor da captação de recursos, pelo BC, através dos títulos federais.

A estratégia para a queda da dívida pública federal está montada. As empresas estatais mais deficitárias (dos setores elétrico e metalúrgico) contarão com os recursos do FND. Estes virão do empréstimo compulsório sobre o consumo de álcool e gasolina (28%), do compulsório sobre a comercialização de carros (30% para os novos, 20% para os

de até dois anos de uso e de 10% para aqueles entre dois e quatro anos) e dos 30% das aplicações dos fundos de pensão complementar dos funcionários das próprias estatais — em torno de Cz\$ 38,8 bilhões.

Sílvia Rodrigues Alves também prevê o reinício do processo de monetização (desativação de parte de aplicações financeiras) da economia, quando a partir de outubro entrarem em vigor os itens V, VI e VIII da resolução nº 1.155 do Banco Central. O documento alterou o conceito de aplicações de curto prazo no open market de 15 para 59 dias e fixou em 65% a alíquota do Imposto de Renda na fonte sobre os ganhos dessas aplicações. A expectativa, segundo Rodrigues Alves, é de que as empresas tenderão a manter suas sobras provisórias de caixa na conta-corrente. Ele acrescentou que os depósitos à vista nos bancos, que caíram cerca de 5% em julho em relação ao mês anterior, voltarão a subir por causa das modificações no open.

Arrecadação

A arrecadação tributária do

mês de julho será superior a Cz\$ 30 bilhões, representando 20% a mais do que a previsão inicial da Receita Federal, de Cz\$ 26,8 bilhões. Até a última segunda-feira, haviam sido arrecadados Cz\$ 29,5 bilhões, segundo informou Guilherme Quintanilha, secretário da receita. Ele atribui este bom desempenho ao alto nível de crescimento da economia, com a aplicação do Plano Cruzado.

A arrecadação do primeiro semestre atingiu Cz\$ 163,8 bilhões, dos quais Cz\$ 152,3 bilhões correspondem à receita tributária e Cz\$ 11,5 bilhões ao Finsocial, superando a previsão da SRF em 6%. A arrecadação global deste ano deverá ser de Cz\$ 340,9 bilhões, equivalente a mais de 10% da previsão inicial, que era de Cz\$ 300 bilhões.

Quintanilha esclareceu que a receita não arrecadará os recursos captados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), limitando-se a fiscalizar esta arrecadação, ficando o montante depositado em uma conta indisponível no Banco Central.